

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA - LICENCIATURA

LARISSA RICHTER

“MAS CADÊ A MÃEZINHA?”:
reflexões e tensionamentos sobre as famílias homoparentais nas escolas de educação
infantil

Porto Alegre
1º Semestre
2016

Larissa Richter Ferreira

**“MAS CADÊ A MÃEZINHA?”:
reflexões e tensionamentos sobre as famílias homoparentais nas escolas de educação
infantil**

Trabalho de Conclusão apresentado à Comissão de Graduação do Curso de Pedagogia - Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Jane Felipe

Porto Alegre

1º Semestre

2016

Dedico este trabalho a todas as famílias que lutam pela igualdade de direitos.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente gostaria de agradecer ao meu pai, minha mãe e minhas irmãs, pela compreensão e pelo apoio nos momentos difíceis. Pelo incentivo e pela constante preocupação! Ao meu cunhado Pedro, pelo apoio e ajuda nos estudos, desde o tempo do cursinho pré-vestibular.

Gostaria de agradecer também à UFRGS, por me proporcionar um ensino público e de qualidade.

À minha orientadora Jane Felipe, por todos os ensinamentos e orientações, por ter aceitado orientar este trabalho, me incentivando a pesquisar e avançar cada vez mais.

Ao longo desses cinco anos, tive ótimos professores que contribuíram para meu crescimento profissional e acadêmico, como a professora Fabiana Marcello que acompanhou meu último ano de faculdade, a quem agradeço imensamente pela dedicação e à professora Carmen Machado, grande mestre!

Às minhas amigas e em especial a Paula, por percorrer esse longo caminho comigo desde o início, mas em especial neste último semestre demonstrando toda cumplicidade e amizade.

Às amizades importantes que fui construindo durante o curso de Pedagogia, que também me ensinaram muito e deixaram alguns semestres mais leves e divertidos.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é discutir a inserção de filhos/as de famílias homoparentais nas escolas de educação infantil, de que forma essas famílias veem tal inserção e de que modo a escola lida com tais especificidades. Nessa perspectiva de família, utilizo uma abordagem sobre as novas configurações familiares baseadas muito mais em valores afetivos e culturais e não somente em laços biológicos (FREITAS; DIAS, 2011). Discuto a temática de gênero, compreendendo-o diretamente relacionado a diferentes identidades sociais e culturais em que o sujeito está inserido. Nessa perspectiva abordo a sexualidade e a diversidade cultural, discutindo identidades de gênero e a relação de controle dos corpos de meninos e meninas na educação infantil, na tentativa de normatização dos mesmos, por parte das escolas. Para tanto utilizo como embasamento teórico autoras como Guacira Louro (1999, 2011) e Jane Felipe (2003, 2016). No que se refere à metodologia, trata-se de pesquisa qualitativa, com a utilização de entrevistas semiestruturadas (ANDRADE, 2012). Para tanto foram entrevistadas três famílias homoparentais, sendo duas compostas por casais de mulheres e uma família composta por um casal de homens. Os três casais tem filhos que estudam em escolas de educação infantil particulares. Os resultados apontam para a necessidade de, frente à diversidade familiar existente em nossa sociedade, investirmos na formação docente para que as escolas, em especial as escolas de educação infantil, saibam inserir e lidar com essas famílias de forma ética e respeitosa, sem qualquer discriminação.

Palavras-chave: Educação Infantil. Famílias Homoparentais. Formação Docente.

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS INSERÇÕES SOBRE O TEMA	6
2 <i>SCRIPTS</i> DE GÊNERO E AS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FAMILIARES	9
2.1 <i>Scripts</i> de gênero e algumas confusões conceituais em torno das identidades	10
2.2 Homossexualidade e direitos	12
3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO	18
3.1 Entrevistas semiestruturadas	19
3.2 As famílias	20
3.3 As escolas de educação infantil.....	22
4 “MAEZINHA E PAIZINHO”: reprodução de uma linguagem HETERONORMATIVA	26
4.1 O que dizem as escolas	26
4.2 O que as famílias esperam da escola.....	31
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: acolher, respeitar, discutir	35
REFERÊNCIAS	40
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	45
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	46

1 PRIMEIRAS INSERÇÕES SOBRE O TEMA

Diante das transformações significativas que vem acontecendo em nossa sociedade nos dias atuais, as instituições escolares acabam vivendo tais transformações diariamente, uma vez que elas são o reflexo de tal contexto. Fazem parte dessas escolas as famílias, que também vem sofrendo algumas transformações já há alguns anos. O antigo “modelo ideal” de família, constituído por um homem (pai), mulher (mãe) e filhos já não se sustenta como a única possibilidade dos arranjos afetivos e familiares. Atualmente existem diversas configurações familiares, dentre elas a família homoparental.

O presente trabalho foi motivado pelo fato de eu ser professora em uma escola de Educação infantil da rede privada de ensino, situada na cidade de Porto Alegre. No ano de 2015 tive uma aluna oriunda de família homoparental, fato esse que serviu de inspiração para o presente trabalho. A família desta aluna é composta por duas mães, sempre foram muito atenciosas com sua filha e queriam então que a mesma se sentisse bem na escola que elas escolheram para a menina. Elas almejavam, portanto, uma acolhida por parte da escola para sua situação familiar.

Logo, me questionei diariamente enquanto docente, de que forma a escola estava preparada para "acolher" essas famílias. Estariam as escolas de educação infantil preparadas para essa nova forma de organização familiar? Foi então que decidi realizar essa pesquisa, que tem por objetivo problematizar em que medida as escolas de Educação Infantil estão preparadas para receber crianças oriundas de famílias homoparentais? Como as escolas operam com tal realidade? Quais as expectativas que as famílias têm e como veem a atuação da professora e da escola?

Minhas inquietações em relação ao tema começaram quando percebi que havia um certo silenciamento das escolas a respeito das situações que envolviam, de alguma forma, as famílias homoparentais. Sou professora de educação infantil e me deparo diariamente com questões relacionadas à diversidade. Em 2015 tive uma turma de educação infantil bastante peculiar. Aquela turma mudou a minha forma de pensar a educação infantil, pois passei a enxergar um potencial de compreensão nas crianças a partir de alguns assuntos como, por exemplo, questões de gênero que jamais imaginei que elas teriam. Tive uma aluna cuja família era homoparental, composta por duas mães. De início tal fato criou certo estranhamento por parte de alguns colegas, pois o “normal” para eles eram suas famílias

nucleares, compostas por um pai e uma mãe. Como professora, me senti um pouco insegura, pois fiquei em dúvida se eu saberia lidar com possíveis questionamentos, pois em minha formação tive poucas informações sobre esse tema.

Através de observações e da experiência vivenciada em minha sala de aula, passei a observar e pesquisar sobre questões de gênero e novas configurações familiares na escola. A diversidade seja ela familiar, étnico-racial, cultural, não costuma ser um tema trabalhado de forma adequada nas escolas, tampouco em escolas de educação infantil. Não costumamos ver um projeto, um pequeno trabalho ou diálogos sobre esses temas em grande parte das escolas. Pensar em uma turma de educação infantil na contemporaneidade e não pensar em trabalhar o tema da diversidade e dos direitos humanos, da ética e da cidadania como aspectos indissociáveis são inconcebíveis.

Penso que estes temas não sejam trabalhados nas escolas por despreparo por parte da equipe escolar (direção, coordenação e professoras) e também por um certo preconceito por parte da mesma. Nesse contexto, acredito que para muitas escolas ainda seja difícil aceitar outras configurações familiares, configurações que “fogem” ao padrão heteronormativo. Assim, quando surgem na escola famílias compostas por duas mães ou dois pais, ou ainda crianças criadas por outros parentes, há visivelmente uma inabilidade para lidar com elas. Alguns exemplos dessa falta de sensibilidade das escolas podem ser percebidos através do silenciamento sobre o tema nas festas escolares, como por exemplo, festa do dia das mães e dos pais, a cobrança pela presença da figura materna, no caso de famílias com dois pais, a dificuldade em apresentar livros de literatura infantil que abordassem a temática ou mesmo desenvolver projetos que contemplem essas questões. De que modo as outras famílias enxergam essas famílias que se configuram pela presença de dois pais ou duas mães? Será que tais famílias circulam pela escola sem enfrentar alguns olhares discriminatórios? A escola é/foi receptiva? Seus filhos são/foram bem recebidos pela professora? E pelos colegas? Há projetos na escola sobre a temática da diversidade?

Acredito que seja importante a parceria entre família e escola, para o bem-estar das próprias crianças, para que assim haja um compartilhamento de ideias e construções conjuntas por parte das famílias e das escolas, de modo a estabelecer um diálogo constante para que possam ajustar seus propósitos e ideais.

Este trabalho de pesquisa procura discutir como as famílias homoparentais têm percebido o papel da escola nesse processo, de que forma as escolas estão recebendo essas famílias e em que medida elas estão lidando com essas configurações familiares atuais.

O trabalho está estruturado da seguinte forma: no capítulo dois discuto os *Scripts de gênero e as novas configurações familiares*, enfatizando algumas confusões conceituais em torno das identidades. Discuto ainda a homossexualidade e os direitos e também o conceito de famílias homoparentais.

No capítulo 3 discorro sobre os aspectos metodológicos da investigação, descrevendo brevemente as três famílias.

No capítulo 4 “*Mãezinha e Paizinho*”: *(re)produção de uma linguagem heteronormativa*”, analiso de que forma a escola tem procedido em relação às famílias, a partir das entrevistas feitas com as famílias, as principais questões trazidas por elas sobre como veem o papel da escola em relação a temática das famílias homoparentais. Discuto como as linguagens e os discursos heteronormativos constituem os sujeitos dentro da escola, em especial através das datas comemorativas das escolas de educação infantil. Discuto também como as famílias lidam com os possíveis enfrentamentos e questionamentos sobre sua condição e de que forma procuram preparar seus/suas filhos/as para possíveis situações de discriminação.

No capítulo 5 “*Acolher, respeitar e discutir*” irei analisar através de trechos das entrevistas feitas com as famílias, o que as famílias pensam e esperam das escolas e das outras famílias ali existentes. Ser acolhidas? Respeitadas?

2 SCRIPTS DE GÊNERO E AS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES FAMILIARES

Para este trabalho tenho como objetivo principal discutir como a escola lida com as famílias homoparentais, daí a importância de abordar o conceito de gênero e sexualidade nas escolas. A sociedade trabalha no sentido de impor determinados comportamentos e gostos, de modo que a escola também contribui para a normatização dos corpos. Desde a educação infantil há uma imposição de determinadas regras e comportamentos, pautadas por uma oposição binária, através dos brinquedos diferenciados para meninos e meninas, através das atividades permitidas e incentivadas para cada um dos sexos, ou ainda através dos materiais escolares, roupas, calçados, entretenimento, etc. Guacira Louro (1999) chama atenção para o fato de que a sociedade parte das diferenças sexuais e corporais, para criar e idealizar determinadas expectativas ou representações de gênero. A autora lembra que o conceito de gênero surgiu justamente pra se contrapor a uma ideia de “essência” ou “natureza”, muito utilizada até hoje para justificar as desigualdades entre os sexos. No entanto, os comportamentos das pessoas, seus gostos e desejos não podem simplesmente ser definidos apenas pela questão biológica, pois como afirma Louro (1997), as identidades de gênero são construídas pela cultura e influenciadas pelo tempo histórico. Na perspectiva adotada pela autora, as identidades devem ser entendidas como plurais, maleáveis, não fixas. Vivemos em uma sociedade que tenta impor regras, desde padrões de comportamento, modos de se relacionar até modos de se vestir, em função do gênero atribuído aos sujeitos desde o nascimento. Jane Felipe (2001, p. 65) lembra que “o conceito de gênero surgiu para se contrapor à ideia de essência, tentando mostrar que tanto o jeito de ser homem ou mulher, quanto o comportamento esperado para ambos são construídos histórica e socialmente”.

Todos os comportamentos que não se adequam a esses padrões heteronormativos acabam por ser considerados errôneos ou sofrem algum tipo de discriminação física ou verbal.

A heteronormatividade acaba remetendo a padrões de comportamentos relacionados ao biológico, através de características que foram sendo construídas historicamente e impostas como “naturais” sejam elas femininas, sejam elas masculinas.

Segundo Louro (1997), o termo gênero passou a ser utilizado com a finalidade de indicar as diferenças entre homens e mulheres, que não são apenas de ordem física e biológica. Para a autora, pensando em construções sociais e culturais, a diferença sexual não pode ser pensada de forma isolada diante dessas circunstâncias, uma vez que:

Uma compreensão mais ampla de gênero exige que pensemos não somente que os sujeitos se fazem homem e mulher num processo continuado, dinâmico [...]; como também nos leva a pensar que gênero é mais do que uma identidade aprendida, é uma categoria imersa nas instituições sociais (o que implica admitir que a justiça, a escola, a igreja, etc., são “generificadas”, ou seja, expressam as relações sociais de gênero). (LOURO, 1995, p. 103)

Estes modelos e valores que se pretendem hegemônicos, tais como: meninas precisam brincar de panelinhas, usar a cor rosa e meninos devem brincar de carrinhos, devem ser agressivos e sempre tomar a iniciativa, dentre tantos outros comportamentos esperados para um e outro, são muito estimulados na família e na escola. Em vários discursos, essa dicotomia se faz presente, seja na mídia, na religião, no discurso pedagógico, etc.

De acordo com Louro (1997) na tentativa de distinguir gênero e sexualidade ou identidades de gênero e identidades sexuais podemos cair em uma classificação e generalização um tanto simplistas, pois na sociedade essas dimensões costumam ser confundidas e utilizadas como sinônimas.

2.1 *Scripts* de gênero e algumas confusões conceituais em torno das identidades

Para um melhor entendimento dessa questão em torno das expectativas de gênero, recorro ao conceito de *scripts*¹ de gênero, desenvolvido por Felipe (2016), para pensarmos criticamente sobre todas as prescrições que nos são impostas desde o nascimento (ou mesmo antes dele). A autora tomou de empréstimo o significado do termo a partir do teatro, do cinema e da TV. Nesses veículos de arte e comunicação, os *scripts* (ou roteiros) são elaborados pelo autor/produtor com uma série de instruções escritas que tem por objetivo nortear a atuação de atores/atrizes/apresentadores/as na construção e no bom andamento da interpretação de seus personagens ou programas.²

¹ A palavra **Script** tem sua origem na abreviatura da palavra inglesa **manuscript** (manuscrito, em português) que significa aquilo que é escrito à mão. De acordo com o dicionário de Português *on line*, *script* ou *roteiro*, refere-se ao “texto utilizado em filmes, novelas, programas de rádio ou de TV etc., que possui as falas, direcionamentos, informações ou tudo o que possa estar relacionado com o que será desenvolvido”. Disponível em: <http://www.dicio.com.br/script/>. Acesso em: 15 mar. 2016.

² “No *script* estão todas as informações a respeito do que se vai apresentar, como atitudes, comportamento, descrições técnicas, utilização de cenários, etc., para que seja montado um espetáculo conforme o autor imaginou. A evolução do teatro e a sua aplicação no cinema e televisão obriga que os textos tenham mais

Poderíamos então entender os *scripts* de gênero como roteiros, definições, normas, apontamentos, às vezes negociáveis, em outras circunstâncias nem tanto, que prescreveriam as condutas dos sujeitos. Quando os *scripts* são ignorados, rompidos ou modificados, seus autores, neste caso, a sociedade que se pretende hegemônica e que insiste em traçar determinados padrões de comportamento, trabalha no sentido de impor sanções e promover discriminações a todos os sujeitos ou grupos que ousam romper, modificar ou mesmo escrever seus próprios *scripts*. Tais expectativas das mais diversas ordens vão sendo tecidas e muito bem tramadas ao longo das nossas vidas por diversos discursos (religioso, médico, psicológico, jurídico, midiático) e instituições (família, escola, igreja, etc.), dizendo-nos como devemos ser e nos comportar pelo fato de termos nascido meninos ou meninas (FELIPE, 2016, no prelo).

Os roteiros, ainda que se queiram hegemônicos, são elaborados de forma minuciosa no cotidiano e de distintas formas. Para a referida autora, tais *scripts* sempre podem sofrer inúmeras negociações, recusas ou adesões, sejam elas totais ou parciais. Tanto os *scripts* de gênero quanto os *scripts* de sexualidade vão sendo construídos, tramados, aceitos, alterados ou rompidos desde a mais tenra infância.

Ainda quando pequenos, as crianças já aprendem a ocupar um espaço bastante limitado, a controlar os seus corpos, a ter “maneiras” de se comportar, pelo fato de serem meninos ou meninas. A sociedade prescreve que as meninas, por exemplo, sejam delicadas, meigas, cuidadosas com sua aparência, dedicadas, etc. Já os meninos precisam ser ágeis, ter iniciativa, etc. As brincadeiras e as experiências que disponibilizamos a um e a outro, o incentivo da sociedade para que desenvolvam certas habilidades, o que dizemos e esperamos deles mostram o quanto a construção desses *scripts* de gênero se dá diariamente e de diversas formas. De acordo com Louro, a escola é um ambiente em que se aprende:

[...] a olhar, se aprende a ouvir, a falar e a calar; se aprende a preferir. Todos os sentidos são treinados, fazendo com que cada um e cada uma conheça os sons, os cheiros e os sabores "bons" e decentes e rejeite os indecentes; aprenda o que, a quem e como tocar (ou, na maior parte das vezes, não tocar); fazendo com que tenha algumas habilidades e não outras... E todas essas lições são atravessadas p elas diferenças, elas confirmam e também produzem diferença. Evidentemente, os sujeitos não são passivos receptores de imposições externas. Ativamente eles se envolvem e são envolvidos nessas aprendizagens — reagem, respondem, recusam ou as assumem inteiramente (LOURO, 1997, p. 61).

Segundo Felipe (2007) são inúmeras as possibilidades que permeiam as relações de poder entre meninos e meninas, homens e mulheres dentro de uma escola, seja por meio dos

controles dos corpos, da sexualidade infantil tentando normatizar certos comportamentos que por acaso não estejam de acordo com os “padrões”.

As instituições escolares, de acordo com Felipe (2007, p. 79), “podem ser consideradas um dos mais importantes espaços de convivência social, desempenhando assim um papel de destaque no que tange à produção e reprodução das expectativas em torno dos gêneros e das identidades sexuais”.

Portanto, a escola como um ambiente de maior âmbito social e cultural, deveria tratar de temas pertinentes à diversidade, tais como: relações étnico-raciais, gênero, sexualidade, homofobia, transfobia, dentre outros, pois continuam sendo temas invisíveis aos olhos de muitas gestões escolares.

Pensando na escola como lugar de (re)produção, mas também transformação, cabe a ela propor uma constante reflexão sobre o mundo e sobre a complexidade dos indivíduos, acolhendo-os em suas diferenças e especificidades.

2.2 Homossexualidade e direitos

Conforme o polêmico texto presente no Estatuto da Família (PL 6583/2013), criado por uma Comissão Especial para implementar o referido estatuto, o conceito de família se restringe “a união entre um homem e uma mulher, por meio de casamento ou de união estável, e a comunidade formada por qualquer dos pais e seus filhos”. Como é possível perceber, o documento não contempla a diversidade das famílias brasileiras na contemporaneidade. Existem diferentes configurações familiares – pais solteiros, mães solteiras, apenas um genitor, famílias reconstituídas, famílias homoafetivas entre outras.

Os estudos sobre família ganharam bastante destaque nas últimas décadas, em especial a partir dos anos 70 do século XX, em função das diversas mudanças ocorridas na sociedade. Essas mudanças também atingiram as concepções de família como instituição até então entendida apenas por seu viés biológico, isto é, por laços de parentesco. Atualmente há uma maior visibilidade para outras configurações familiares, embora grupos conservadores insistam no modelo tradicional de família como o único legítimo. Para Fonseca (1998, p. 20-21), o conceito de família ainda:

[...] se restringe no nosso imaginário à família conjugal [...] que implica co-residência de um casal e seus filhos – sendo a casa o lugar das mulheres e crianças; e o espaço público da rua o domínio por excelência dos homens. [Porém, esse tipo de família] só veio a se consolidar no início do século XX, com as táticas sedutoras de persuasão: salários dignos, escolarização universal de alta qualidade e uma melhoria geral das condições de vida da classe operária. [...] Pesquisas antropológicas desfizeram a ideia de que existam formas familiares mais ou menos modernas, mais ou menos atrasadas. [...] é impossível falar de modelos familiares moralmente superiores, culturalmente mais civilizados ou psicologicamente mais saudáveis. O que se constata é um enorme leque de práticas de organização doméstica e sadia, dando prova da criatividade dos humanos para inventar formas culturais conforme o contexto em que vivem.

Desta forma, parece correto afirmar que o modelo hegemônico de família, apontado como sendo o padrão ideal, se caracteriza como o modelo correto, bom, perfeito e estruturado. Assim, as famílias que não seguem o modelo tradicional são, por muitas vezes consideradas famílias ‘desestruturadas’. Este pensamento hegemônico e idealizado é proveniente da definição da família como instituição social.

Ainda que as diferentes configurações familiares estejam ganhando cada vez mais visibilidade na sociedade atual, devido às significativas mudanças ocorridas nas últimas décadas, há inúmeras tentativas de estabelecer um modelo de família heteronormativo. Essa construção e idealização do modelo hegemônico e tradicional de família permanecem por conta de diversos fatores, dentre eles devido às instituições religiosas, políticas e culturais. Na sociedade, as instituições sociais produzem e reproduzem modelos a todo instante. Aquilo que se aprende é ensinado e construído pelas instituições e a família é uma delas. Como lembra Bourdieu (1996, p. 131), “a família, de fato, tem um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução social, da estrutura do espaço social e das relações sociais. Ela é o sujeito principal das estratégias de reprodução”.

Nos anos 80 e 90, com o avanço da ciência, a medicina reforçou a importância do consanguíneo definindo a família através de testes de DNA, relacionando família com o biológico. Por outro lado, a medicina permitiu um grande avanço através de distintas possibilidades, como por exemplo, as inseminações artificiais e fertilizações *in vitro*, o que permitiu a gravidez sem relação sexual entre homens e mulheres, permitindo assim diferentes possibilidades de parentesco.

Neste cenário impulsionado pelos avanços tecnológicos, surgiram uma série de modificações na sociedade, tais como: o aumento da união estável, a recomposição de famílias devido a divórcios, produções “independentes”, pais solteiros, aumento de famílias monoparentais e famílias poliamorosas. A partir dessas novas configurações familiares, casais

homossexuais passaram a reivindicar o direito de adotar filhos legalmente. No contexto de tais transformações, ganham destaque as famílias homoparentais, que são constituídas pela relação afetivo-sexual entre dois indivíduos do mesmo sexo, que se relacionam de forma estável, numa mesma habitação, com ou sem a existência de filhos desta relação. Porém, comumente se utiliza o termo de família homoparental para casais homoafetivos com filhos (LACERDA, 2008). Assim, apresento a seguir uma breve explicação sobre essa configuração familiar.

2.3 Famílias Homoparentais e Adoção

Segundo a Constituição Brasileira vigente (1988), a família constitucional é aquela gerada a partir da união estável (casamento) entre um homem e uma mulher. No entanto, a união estável entre pessoas do mesmo sexo no Brasil foi reconhecida desde 2011 e o casamento em cartório entre pessoas do mesmo sexo desde o dia 14 de maio de 2013, com a Resolução CNJ – nº 175/2013. É notável que o conceito de família tenha se ampliado nos últimos anos, fazendo com que a família “padrão” - pai, mãe e filhos -, não seja a única opção de família.

Assim como afirmam os autores sobre as alterações nos conceitos de família, a definição de família não sofreu alterações em seu arcabouço conceitual e sim passou a englobar, em sua amplitude epistemológica, mais características ligadas aos aspectos afetivos do que biológicos, de modo que o ideal de constituição familiar não está mais arraigado aos laços sanguíneos, permitindo a aceitação, embora ainda sutil, de novas unidades familiares baseadas em valores morais igualitários (FREITAS; DIAS, 2011, p. 107).

Como já discutimos anteriormente, a definição da palavra família, atualmente nos transfere para um diálogo mais amplo e não somente baseado na família nuclear composta por pai, mãe e filhos, nos transfere para a geração das novas configurações familiares, das quais podem ser constituídas de diferentes maneiras, dentre elas a família homoparental.

Segundo Guizzo (2013), o termo *homoparentalidade* é uma nomenclatura de origem francesa criada em 1997, para nomear situações em que houvesse ao menos um adulto da relação que se autodenominasse homossexual, que fosse ou pretendesse ser pai ou mãe. A composição familiar homoparental é marcada pela ausência de papéis fixos entre os membros;

pela inexistência de hierarquias e pela circulação das lideranças no grupo; pela presença de múltiplas formas de composição familiar e, conseqüentemente, de formação dos laços afetivos e sociais, o que possibilita distintas referências de autoridade, tanto dentro do grupo como no mundo externo (PASSOS, 2005).

A homoparentalidade pode ser composta por diferentes configurações, tais como: família recomposta, com filhos de relacionamento heterossexual anterior, adoção, uso de tecnologias reprodutivas, dentre outras. Compreendendo que a constituição da parentalidade se dá através de laços afetivos e não apenas de laços biológicos, entendo que o direito de constituir uma família se dá para todos os sujeitos, independente do parentesco e sexualidade.

A constituição de famílias compostas por casais homossexuais deve ser baseada no reconhecimento da diversidade cultural e sexual, permitindo a construção de identidades e subjetividades dessas famílias. Dessa forma, acerca das relações homoafetivas, Lima (2011, p. 14) afirma que:

Com base no reconhecimento do casamento homossexual e adoção pelos mesmos como um direito civil, as famílias constituídas por casais gays e lésbicos, bem como a relação homoparental estabelecida pela filiação anterior a exposição da sexualidade orientada por indivíduos do mesmo sexo, tem tido maior visibilidade, no entanto, mesmo parecendo um assunto relativamente recente, a luta pelos direitos civis da categoria LGBT relacionados a possibilidade de união legal e de filiação, bem como de exercer sua parentalidade, tem percorrido décadas de invisibilidade e descaso.

Até bem pouco tempo não seria possível cogitar a hipótese de adoção por famílias homoparentais (famílias constituídas por pares homoafetivos), devido aos diversos tipos de discriminação que os homossexuais sofreram e ainda sofrem.

A Justiça Brasileira tem evoluído no sentido de possibilitar a adoção por casais homoafetivos. “Nesse ponto, deve-se ressaltar a decisão do Tribunal de Justiça do RS, sendo uma das inúmeras decisões favoráveis a essa modalidade de família”:

APELAÇÃO CÍVEL. ADOÇÃO. CASAL FORMADO POR DUAS PESSOAS DE MESMO SEXO. POSSIBILIDADE. Reconhecida como entidade familiar, merecedora da proteção estatal, a união formada por pessoas do mesmo sexo, com características de duração, publicidade, continuidade e intenção de constituir família, decorrência inafastável é a possibilidade de que seus componentes possam adotar. Os estudos especializados não apontam qualquer inconveniente em que crianças sejam adotadas por casais homossexuais, mais importando a qualidade do vínculo e do afeto que permeia o meio familiar em que serão inseridas e que as liga aos seus cuidadores. É hora de abandonar de vez preconceitos e atitudes hipócritas desprovidas de base científica, adotando-se uma postura de firme defesa da absoluta prioridade que constitucionalmente é assegurada aos direitos das crianças e dos

adolescentes (art. 227 da Constituição Federal). Caso em que o laudo especializado comprova o saudável vínculo existente entre as crianças e as adotantes. (APELAÇÃO CÍVEL SÉTIMA CÂMARA CÍVEL Nº 70013801592, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Luis Felipe Brasil Santos, Julgado em 05/04/2006).

Por fim, segue abaixo a decisão favorável do Supremo Tribunal de Justiça (STJ) consagrando a adoção:

STJ - RECURSO ESPECIAL REsp 889852 RS 2006/0209137-4 (STJ) Data de Publicação: 10/08/2010

Ementa: DIREITO CIVIL. FAMÍLIA. ADOÇÃO DE MENORES POR CASAL HOMOSSEXUAL. SITUAÇÃO JÁ CONSOLIDADA. ESTABILIDADE DA FAMÍLIA. PRESENÇA DE FORTES VÍNCULOS AFETIVOS ENTRE OS MENORES E A REQUERENTE. IMPRESCINDIBILIDADE DA PREVALÊNCIA DOS INTERESSES DOS MENORES. RELATÓRIO DA ASSISTENTE SOCIAL FAVORÁVEL AO PEDIDO. REAIS VANTAGENS PARA OS ADOTANDOS. ARTIGOS 1º DA LEI 12.010 /09 E 43 DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. “DEFERIMENTO DA MEDIDA”.

Maria Berenice Dias, desembargadora e uma grande defensora da causa homossexual, foi a primeira mulher a se tornar juíza e desembargadora do Rio Grande do Sul. É também uma das grandes debatedoras na parte da garantia de direitos como adoção, herança, planos de saúde, dentre outros para os casais homoafetivos.

As relações homoafetivas existem há muito tempo, o que não existe ainda é a garantia plena de direitos, pelos quais os teóricos homossexuais estudam e reivindicam o debate, por isso a busca na ampliação do jurídico.

Exigir a diferenciação de sexos no casal para haver a proteção do Estado é fazer distinção odiosa, postura nitidamente discriminatória que contraria o princípio da igualdade, ignorando a existência de vedação de diferenciar pessoas em razão de seu sexo. (DIAS, 2008, p.172).

Em momentos de adoção, os casais homossexuais enfrentam diversas dificuldades. A instância jurídica é acionada na maioria dos casos, o que pode causar constrangimento frente a juízes e psicólogos que defendem a constituição familiar nuclear tradicional.

[...] em discursos de psicólogos do judiciário envolvidos em casos de adoção, do uso de algumas teorias psicanalíticas e de modelação social que justificariam ressalvas em relação às famílias monoparentais e/ou de casais homossexuais. A naturalização da família composta por pai, mãe e filhos, defendida inclusive em suas raízes biológicas, não abre espaço para outras configurações. (UZIEL, 2004, p.96-97 *apud* SCHIMANSKI; PEREIRA; MORAES, 2012, p. 13).

Em adoção por casais homoafetivos compostos por casais homens, há ainda, uma menor legitimidade do que para casais de mulheres em adotar um(a) filho(a). A filiação está vinculada a mãe, o que dificulta os processos de adoção para os casais homoafetivos compostos por homens.

A perspectiva biológica na definição de maternidade e paternidade e, principalmente na definição de família acarreta uma luta pela qual os casais homossexuais precisam enfrentar diante das instâncias jurídicas e da sociedade em geral. Daí a importância de discutirmos as implicações da homoparentalidade e adoção (dois casais participantes de minha pesquisa têm filhos adotivos). Portanto, cabe à escola conhecer as instâncias jurídicas sobre este tema.

3 ASPECTOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

A pesquisa, de cunho qualitativo, utilizou como instrumento metodológico entrevistas narrativas semiabertas, solicitando às famílias que contassem suas histórias de vida, principalmente a relação que vinham tendo com a escola de educação infantil de seu/sua filho/a. A busca pelos sujeitos da pesquisa envolveu um trabalho intenso com base na rede de relações.

Importante referir sobre o processo de narração, que segundo Larrosa, se constitui como uma possibilidade de ressignificar o sujeito. Ao narrarmos sobre nós mesmos, sobre a nossa família e de como enxergamos o mundo, estamos empreendendo um processo de autointerpretação, que o autor denomina de experiência de si.

O que somos ou, melhor ainda, o sentido de quem somos, depende das histórias que contamos e das que contamos a nós mesmos. Em particular, das construções narrativas nas quais cada um de nós é, ao mesmo tempo, o autor, o narrador e o personagem principal. Por outro lado, essas histórias estão construídas em relação às histórias que escutamos, que lemos e que, de alguma maneira, nos dizem respeito na medida em que estamos compelidos a produzir nossa história em relação a elas. Por último, essas histórias pessoais que nos constituem estão produzidas e mediadas no interior de práticas sociais mais ou menos institucionalizadas. (LARROSA, 2011, p. 48).

Realizei entrevistas narrativas semiestruturadas com três famílias, e para contatar os/as entrevistados/as, realizei diferentes estratégias: primeiro apresentei minha intenção de pesquisa e através da rede de relações fui em busca de outras famílias. Depois anunciei por uma rede social que estava fazendo a pesquisa. Todos e todas se mostraram solícitos/as à proposta, o que de antemão me deixou bastante entusiasmada. Os encontros para as narrativas foram realizados em diferentes espaços. Duas famílias narraram respectivamente suas experiências em suas casas e a outra família na cafeteria de um shopping.

Relembrando esse processo, ressalto que a primeira entrevista ocorreu conforme o planejado: combinamos o dia, o horário e o local e nos encontramos. As narrativas foram gravadas e, após sua realização, transcrevi seu conteúdo. Em seguida, junto à minha orientadora, avaliei o roteiro criado e as possibilidades para as próximas entrevistas, que seguiram o mesmo processo de forma satisfatória.

Conforme Andrade (2008, p. 55), “uma análise nessa perspectiva metodológica exige, enfim, que se dê conta de uma exploração minuciosa dos textos das narrativas, buscando

visibilizar as coisas ditas e as coisas não ditas, mas que se encontram implícitas em tais narrativas”.

As entrevistas foram guiadas por um roteiro que se encontra no apêndice (A) e tiveram um tempo que variou entre 50 minutos e 1 hora 30 minutos cada. Todas foram gravadas e transcritas com o consentimento dos/as entrevistados/as. No início de cada encontro, procurei explicar o procedimento. Além disso, busquei firmar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice B), garantindo o sigilo ético e o uso para fins de pesquisa das informações.

3.1 Entrevistas semiestruturadas

Como instrumento de pesquisa utilizei o método de entrevistas semiestruturadas, com três famílias homoparentais. As entrevistas foram gravadas em áudio e também fiz algumas anotações, pois em algumas situações a conversa continuou após o desligamento do gravador. As três entrevistas foram transcritas e para efeitos de análise selecionei apenas alguns trechos que julguei pertinentes para compor as minhas considerações.

Utilizei nomes fictícios para todos os entrevistados, para também manter o sigilo das entrevistas, embora a terceira família tenha permitido a divulgação de seus nomes.

Durante a entrevista procurei investigar as percepções e sentimentos que as famílias possuíam perante as escolas de seus filhos. Foram abordadas em minha pesquisa temas nos campos de gênero, sexualidade e formações de identidade dos sujeitos, e a partir destes temas, discuti as relações entre as famílias homoparentais e as escolas.

Ao iniciar minha busca por famílias homoparentais que aceitassem participar da pesquisa, me deparei com algumas dificuldades. Ao pensar no tema para meu Trabalho de Conclusão de Curso, me inspirei em uma família, a qual havia conversado anteriormente e aceitaram no momento em que convidei. Porém, para realizar minha pesquisa, eu e minha orientadora pensamos inicialmente em quatro famílias. A primeira me indicou outras duas famílias, consegui entrevistar uma delas e a terceira família, achei através de um pedido meu feito em meu perfil de Facebook, no qual explicava para meus amigos que estava fazendo uma pesquisa para o meu TCC e precisava entrevistar famílias homoparentais, com filhos na

educação infantil. Então, depois de um dia, através de minha publicação, uma amiga me indicou a terceira família.

As perguntas principais desencadeadoras, das entrevistas foram:

Na condição de família homoparental, como a escola lida com a criança e com a família? Vocês perceberam algum tipo de discriminação da parte da escola?

Como vocês se apresentaram para a escola? Foi necessário?

Vocês preparam seus filhos/as para um possível questionamento tanto na escola, tanto na rua por parte de adultos ou crianças?

3.2 As famílias

A família 1 é composta por duas mães, a Maria e a Catarina, e a filha Sofia. A menina foi gerada através de fertilização in vitro.

Catarina tem quarenta anos e é estudante do curso de psicologia. *Maria* tem trinta e cinco anos, possui ensino superior completo e no momento está fazendo especialização e é empresária. *Sofia* tem quatro anos e estuda em uma escola particular de educação infantil de Porto Alegre. A família mora em um bairro nobre da cidade.

Na manhã em que realizei a entrevista, Sofia estava na aula de ballet. Ficamos Eu, Maria e Catarina conversando. A família foi muito receptiva, elogiaram bastante a minha escolha de tema para o TCC e ficaram bem empolgadas por saber que professoras estão se interessando pela diversidade.

Contextualizei também para elas o porquê da justificativa do meu tema. Como eu acompanhei essa família durante o ano de 2015, enxerguei nelas o esforço e o amor de famílias homoparentais e algumas situações que essas famílias passam dentro das escolas. Desde então, passei a me questionar sobre o posicionamento de escolas de educação infantil, como estariam lidando com estas situações.

Foi uma entrevista muito agradável, após desligar o gravador e encerrar a entrevista continuamos conversando e então surgiram outros assuntos bem importantes, dos quais fiz algumas anotações em meu caderno, com a permissão das entrevistadas. Sofia chegou da aula de ballet no final da entrevista.

A família 2 é composta por dois adultos e duas crianças. A Cláudia (mãe), a Beatriz (mãe), a Elena (filha) e o Carlos (filho). Entrevistei a família 2 em um final de semana e também fui ao encontro das mesmas em seu apartamento, localizado na zona Norte de Porto Alegre.

Cláudia tem cinquenta anos, possui ensino superior completo e é promotora de justiça. *Beatriz* tem cinquenta e dois anos, possui ensino superior completo e é administradora de empresas. A filha Elena tem onze anos e é filha biológica de um relacionamento anterior de Beatriz (as mães realizaram o processo de adoção, portanto, ela é legalmente filha das duas mulheres) e estuda em uma escola particular de Porto Alegre. O filho Carlos tem cinco anos e estuda na mesma escola que a irmã, Carlos foi adotado por suas mães com um ano de idade.

No dia da entrevista, a família me recebeu muito bem, foram bastante atenciosas. Enquanto realizei a entrevista, Carlos ficou no quarto brincando e ao terminarmos de conversar suas mães o chamaram e ele veio até a sala, onde estávamos. Contou-me que ele iria fazer aniversário na semana seguinte e me levou até o quarto para conhecer os brinquedos dele. A filha Elena estava na casa de uma amiga neste dia.

Já a família 3 é composta por dois adultos e uma criança. João tem quarenta anos de idade, possui ensino superior completo, pós-graduação e é administrador de empresas. Pablo tem cinquenta anos de idade, possui ensino superior completo e é bancário. Pedro tem cinco anos de idade e foi adotado por seus pais com três meses de idade. Estuda em uma creche particular no turno da manhã, há quatro anos. Durante o turno da tarde, Pedro estuda em uma escola particular de educação infantil da Grande Porto Alegre, na qual ingressou no ano de 2016. A escola em que Pedro estuda no turno da tarde faz parte de uma rede católica de ensino. Considero importante mencionar que a dona da creche em que Pedro estuda no turno da manhã, é professora dele no turno da tarde na escola em que frequenta.

Entrevistei a família 3 em um final de semana. Havíamos combinado que eu iria até o encontro deles na cidade onde moram, na grande Porto Alegre. No entanto, como ocorreram alguns imprevistos, nosso encontro acabou acontecendo em um final de semana um pouco tumultuado, na praça de alimentação de um shopping de Porto Alegre. Porém, o ambiente não impediu que realizássemos a entrevista e conseguimos conversar um pouco. Enquanto eu conversava com os pais, Felipe ficou assistindo desenho no aparelho celular de um de seus pais.

João e Pablo têm uma página na internet, em um site de relacionamentos, o Facebook. Nesta página o casal possui mais de 2.000 “curtidas” e nela eles divulgam notícias sobre a

homoafetividade e contam um pouco da trajetória de vida deles, depois da adoção de Pedro. Em breve irão lançar um livro que irá contar a história de amor da família, do amor sem preconceito.

Durante a pesquisa, busquei priorizar as perguntas semiestruturadas, para poder comparar as respostas, ao final de todas as entrevistas.

Ao realizar as minhas análises entendo que:

Foi importante a compreensão no processo das entrevistas e na análise destas, de que o indivíduo é sujeito de uma série de discursos e que a mesma pessoa pode ocupar diferentes posições de sujeito em função desses discursos. Considera-se ainda, que o indivíduo não é fonte original de sua fala, mas que esta se insere e se torna possível em uma rede discursiva e sócio cultural que lhe permite pronunciar desses modos. (ANDRADE, 2008, p.182).

Ao ler a primeira entrevista, no dia em que a transcrevi, me dei conta de que seria importante fazer alguns ajustes na sequência das perguntas, conduzindo as entrevistas de uma forma mais dinâmica. É importante pensar que:

As entrevistas não permitem dizer uma ou a verdade sobre as coisas e os fatos, mas pode-se considerá-las como a instância central que, somada as outras, traz informações fundamentais acerca do vivido e possibilita uma interpretação (mesmo que provisória e parcial). (ANDRADE, 2008, p.175).

Ao realizar as entrevistas com as famílias, em um determinado momento de suas vidas, pude perceber a importância do diálogo e das narrativas, como também a importância de aprender a ouvir e ficar em silêncio, procurando entender a situação de cada família, para que no momento das entrevistas pudesse ficar atenta e perceber o posicionamento de cada sujeito.

A partir das entrevistas transcritas, pude observar alguns tensionamentos e respostas que se repetiram durante as narrativas dos três casais.

3.3 As escolas de educação infantil

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica, me arrisco a dizer que é uma das mais importantes etapas da constituição do sujeito. É nela que iniciam os pequenos

grandes passos de socialização entre pares, aprender a olhar e respeitar o outro e uma das etapas que a criança passa a construir sua identidade, sua criticidade entre outros, sua empatia. Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010, p.18) o objetivo principal da educação infantil é construir sua identidade pessoal e coletiva, brincar, imaginar, fantasiar, desejar, aprender, observar, experimentar, narrar, questionar e construir sentidos sobre a natureza e a sociedade, produzindo cultura.

Muitas famílias sabem dessa importância ou muitas vezes necessitam deixar seus filhos em escolas, e por isso procuram as escolas de educação infantil. Porém, creio que grande parte das famílias, tenha a mesma preocupação, em saber se a escola que escolheram para seu filho é a melhor opção. Primeiramente essa família deverá conhecer a proposta da escola, a política, entre outros.

De acordo com o DCN

A Proposta pedagógica ou projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar (DCN, 2010, p.14)

A partir do momento em que optarem pela escola “X”, ocorre um processo de adaptação por parte das crianças e das famílias, que irão se aproximar do ambiente escolar, dos agentes escolares que ali trabalham e estudam também. O DCN aponta que a proposta pedagógica das instituições deve garantir que elas cumpram sua função em alguns aspectos como responsabilizar-se por acrescentar e compartilhar na educação e cuidado com as crianças e famílias; Produzir novas formas de sociabilidade e de subjetividade envolvendo-se com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa, entre outros.

Deveria ocorrer conseqüentemente uma aproximação escola-família, entretanto por diversos motivos que transpassam essas instituições, a aproximação nem sempre acontece. Para que essa aproximação ocorra, implica em famílias estarem na “mesma linha” de pensamento seja ele social, cultural, religioso. De acordo com Rappaport (2005, p.12) é altamente desejável que, no período de adaptação, a mãe, o pai ou outro familiar fique junto à

criança para auxiliar na exploração desse ambiente estranho e no estabelecimento de novos relacionamentos com as educadoras.

A adaptação implica em reorganizações e transformações para a família e para a escola, bem como a reação das crianças tem suma importância na reação dos envolvidos neste processo.

Priorizando sempre o bem estar da criança que está naquela escola. De acordo com Viviane Klaus:

Essa entrega/transferência do corpo da criança da família para a escola faz com que eu reflita sobre o preparo ou, melhor dizendo, ritual que ocorre na maior parte das escolas de educação infantil, e raras vezes, na primeira série do ensino fundamental, que é denominado como o processo de adaptação para a criança. Ou seja, a criança da família para a escola e, portanto, é preciso prepara-la e acostamá-la neste novo lugar que é a escola, e a criança e sua família passam por um processo de adaptação, de acostumar-se com a escola, com suas regras e com sua forma de funcionamento. (KLAUS, 2004, p. 104).

Grande parte ou a maioria das escolas estão preparadas para receber as famílias nucleares, compostas por pais, mães e filhos. Por mais que a diversidade familiar, esteja ganhando visibilidade, esteja presente na sociedade atual, as instituições ainda trabalham com os modelos de formação de “família perfeita”. Entretanto, os filhos vindos dessas diversidades familiares, irão frequentar a escola e será necessário que essas instituições se organizem para trabalhar com essa nova realidade, respeitando as diferenças, adequando os estudos, sem preconceitos e preparando sua equipe escolar. Compreendendo as transformações sociais e culturais que vem acontecendo, me permito refletir sobre as constituições dessas famílias que irão adentrar nas escolas. De acordo com Calderón, com relação a essas transformações:

[...] existe uma mudança que vem ocorrendo há algum tempo, na maioria das vezes quase imperceptível à maioria das pessoas, apesar de se tratar, na verdade, de suas vidas em termos afetivos, materiais, familiares, psicológicos, entre outros. Estamos falando do surgimento de novos arranjos familiares, no lugar da, até então, consagrada família patriarcal. (CALDERÓN, 2009, p. 63).

São notórias as diferentes configurações familiares existentes atualmente, em nossa sociedade e que não exista somente um modelo ou um único modelo de família.

A escola exercendo seu papel social deveria favorecer, a todo o momento, um contato maior com a diversidade, atentando para as famílias, atentando para seus estudantes, oferecendo mecanismos que os valorizem e os desafiem. Favorecendo também a escuta, a

elaboração de argumentos e a convivência com o outro, pois tudo isso implica em saber respeitar e conviver com as diferenças.

No entanto, discussões sobre alguns assuntos específicos, como homoparentalidade, gênero e sexualidade não são comuns nas escolas. O papel da escola na discussão sobre esses assuntos, tem se apresentado muito vagamente, o que nos possibilita enxergar que esse espaço, apesar da sua potência como instrumento, por ser de acesso universal, dispõe, conserva e transforma os discursos e controla os corpos (FOUCAULT, 2005).

Assim, como ressalta Guacira Louro (1997, 2000), os instrumentos da escola - currículos, normas, procedimentos de ensino, materiais didáticos, entre outros - são constituídos e ao mesmo tempo produzem distinções de gênero, sexualidade, etnia e classe. No entanto, há uma incoerência, pois a escola insiste em deixar questões como sexualidade, gênero, etnia e também classe de fora, ao se recusar de discutir ou não expor de forma coerente, clara. As escolas deveriam construir seus currículos pensando em sua comunidade escolar, mas infelizmente elas ainda pensam nas supremacias heteronormativas que a todo o momento acabam por excluir quem não se ajusta ao modelo, tais como gays, lésbicas, travestis, transexuais. Assim, as escolas oferecem em seus currículos, práticas corriqueiras em que nelas estarão diversas situações que poderão levar a discriminações.

4 “MAEZINHA E PAIZINHO”: REPRODUÇÃO DE UMA LINGUAGEM HETERONORMATIVA

Neste capítulo analiso alguns trechos das entrevistas, discutindo também a postura da escola em relação às famílias, como se estrutura o ambiente escolar e como se elaboram algumas propostas pedagógicas que afetam as representações de família, como as datas comemorativas. Discuto brevemente também sobre quem são esses sujeitos da pesquisa e como os casais homoparentais são vistos e constituídos em meio à escola, através de uma linguagem heteronormativa. Para me auxiliar nesta análise, me valho de alguns fundamentos teóricos de Guacira Louro Lopes (2001), Fernando Pocahy (2010), Nilson Fernando Dinis (2008), entre outros.

4.1 O que dizem as escolas

Em geral, as escolas de educação infantil costumam utilizar uma linguagem infantilizada no trato com as famílias. Ao invés de chamarem os pais pelos seus respectivos nomes, utilizam as expressões “mãe”, “mãezinha”, “pai”, “paizinho”. Obviamente que muitos diriam se tratar de uma demonstração carinhosa no trato com as famílias. No entanto, esse tipo de linguagem reforça uma concepção binária e heteronormativa de família. Louro (2011) mostra como a sociedade trabalha para a produção das identidades de gênero tidas como “normais” desde a mais tenra infância. Meninos e meninas são levados a ter determinados interesses, a desenvolver habilidades ou saberes compatíveis com as referências socialmente admitidas para masculinidade e para feminilidade. Bello (2006) chama atenção para o fato de que os meninos são muito mais vigiados, enquanto as meninas conseguem cruzar mais facilmente as fronteiras de gênero (FELIPE; GUIZZO, 2008).

Como salienta Felipe (2012, p. 53-54):

Crianças muito pequenas brincam com qualquer coisa e com qualquer objeto que lhes pareça interessante, sem fazer distinção: isso é de menino ou isso é de menina. Os adultos é que costumam interditar as brincadeiras e brinquedos, gostos, gestos,

comportamentos, determinando o que deve ser de menino ou de menina, limitando assim as possibilidades e a criatividade de ambos. Em relação às brincadeiras, é impressionante o despreparo dos adultos para compreender determinadas situações [...] Projeta-se nos comportamentos socialmente esperados de gênero, uma identidade sexual que ainda é muito cedo para definir.

No âmbito da educação, a linguagem é um agente fortíssimo, pois ela contribui para o crescimento dos sujeitos, porém muitas vezes contribui também para a exclusão dos mesmos, uma vez que a linguagem tem o poder de heteronormatização de diferentes ações. Em escolas é muito comum, utilizarem agendas e bilhetes para comunicar-se com os responsáveis das crianças. Entretanto, a linguagem utilizada pelas professoras e diretoras nesses meios de comunicação, costuma ser excludente em relação às famílias homoparentais ou mesmo em relação a outros graus de parentesco. Nomear os responsáveis apenas como “mães e pais”, exclui qualquer outra opção de parentesco, como relata Beatriz (família 2):

Quando fomos chamadas, na escola fomos chamadas juntas, explicamos nossa situação. Que éramos um casal homossexual, que éramos duas mães. Não sentimos preconceito por parte da escola. Às vezes a única coisa que acontece são os formulários que nós riscamos a palavra PAI e colocamos MÃE.

João (família 3) também relata o mesmo problema:

A agenda, por exemplo, era sempre PAI e MÃE. Nós reclamávamos sempre. Ano retrasado fomos lá e já tinham entregue as agendas e nós sempre riscamos e colocamos PAI e PAI e ano passado a primeira coisa que ela (referindo-se a dona da escola) fez foi nos chamar na sala dela para mostrar a agenda nova, e estava “FILIAÇÃO”. Ficamos super felizes, até colocamos um agradecimento enorme no facebook, agradecendo aos outros pais também, pois não estávamos tirando nada de ninguém muito pelo contrário, queríamos incluir outras famílias que estavam sendo excluídas também.

Deste modo, as duas famílias relatam suas insatisfações em relação aos endereçamentos de agendas, bilhetes e formulários. A escola reafirma uma linguagem, na qual está impondo e distinguindo valores sexuais de parentesco e afirmando o olhar que a escola tem sobre suas concepções de família.

A diferença foi que ao longo do tempo, depois de demonstrarem algumas vezes não estarem satisfeitos com as agendas, a escola de Pedro as reformulou para melhor acolher as diversas configurações familiares, em especial a família de Pedro, que lutou por seus direitos.

A escola como um espaço heteronormativo, com certeza se torna um ambiente incômodo ou difícil para que alguém “assuma” sua condição de homossexual, sem culpa e

sem vergonha. A responsabilidade total de explicar ou definir as diferentes identidades sociais, não compete somente às escolas. Porém é preciso perceber que suas ações sobre os sujeitos, imposições e proibições tem “efeito de verdade” (SILVA, 2007). Dessa forma, os bilhetes, formulários e agendas expressam, muitas vezes, uma linguagem heteronormativa dentro das escolas. Para Louro, a linguagem é um campo no qual mais se pode observar as desigualdades:

[...] tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito "natural". Seguindo regras definidas por gramáticas e dicionários, sem questionar o uso que fazemos de expressões consagradas, supomos que ela é, apenas, um eficiente veículo de comunicação. No entanto, a linguagem não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças. (LOURO, 1998, p. 69).

A forma heteronormativa com que as escolas tratam seus discursos, atividades, currículos acabam por excluir ou impor regras para os sujeitos que a frequentam. Problematizar a escola enquanto instituição heteronormativa, sugere verificarmos politicamente, também o currículo da mesma. Esta posição inclui entendermos como a escola, dentro de suas diversas práticas educativas perante a comunidade escolar, se encaminha por uma linha normativa do gênero e da sexualidade realinhando ou rejeitando quem não o segue (POCAHY, 2010).

Em um trecho da entrevista com a família 3, ao relatar o momento que estava procurando escola para o filho, Pablo narra a fala da dona da escola em que seu filho estuda, e fica explícito essa tentativa de reprodução de heteronormatividade na linguagem dos sujeitos.

PABLO (família 3): Na verdade o João fez um tour, ele visitou outras escolas sozinho e deixou o Pedro com a vó enquanto eu estava no trabalho. E a escolha dele, foi a atual escola do Pedro, a Karen que é a dona na escola perguntava quando ela ia conhecer a “mãezinha”, mas perguntava de curiosidade, só...

JOÃO (família 3): E quando eu realmente voltei para dizer que ia ser aquela a escola, que eu havia escolhido, ela perguntou novamente. “Mas e a mãezinha, não vai vir?” E então eu disse pra ela fechar a porta que eu ia explicar sobre a “mãezinha”. Até hoje ela brinca conosco sobre isso.

Diniz (2008) fala o seguinte sobre a invisibilidade de homossexuais nas escolas:

O processo de ocultamento de determinados sujeitos pode ser flagrantemente ilustrado pelo silenciamento da escola em relação aos/às homossexuais. No entanto,

a pretensa invisibilidade dos/as homossexuais no espaço institucional pode se constituir, contraditoriamente, numa das mais terríveis evidências da implicação da escola no processo de construção das diferenças. De certa forma, o silenciamento parece ter por fim "eliminar" esses sujeitos, ou, pelo menos, evitar que os alunos e as alunas "normais" os/as conheçam e possam desejá-los/as. A negação e a ausência aparecem, nesse caso, como uma espécie da garantia da "norma".

Então, a norma nesse caso seria a padronização do parentesco biológico, das orientações sexuais. Necessariamente no discurso da escola, teria de haver uma conduta, um sujeito masculino e um feminino para compor o esperado e tradicional modelo de família. A ausência da “mãezinha” causou certo estranhamento, tanto que a pergunta foi feita duas vezes. Uma figura masculina que vai a escola para tratar de todos os detalhes do ingresso do filho na escola pode causar desconforto e curiosidade. Tal fato mostra o quanto as escolas não estão acostumadas com as novas configurações familiares, seja a homoparentalidade, seja a monoparentalidade, entre outras.

Em relação ao currículo das escolas de educação infantil, Barbosa e Horn (2008, p. 38), analisam o quanto, em determinados meses, as crianças ficam constantemente submetidas à “indústria das festas” (dia do índio, dia das mães, dia dos pais, dia da criança, dia de halloween, etc.). Muitas escolas de educação infantil estruturam seu trabalho pedagógico em cima das datas comemorativas, com propostas vazias e sem significado. Geralmente as professoras param o que estão fazendo - seus projetos, atividades, etc., - para se dedicarem na semana anterior a data, fazendo cartões, ensaios, presentes, sem ao menos questionar os agentes da ação, no caso as crianças, se elas realmente querem fazer tais atividades. Nestas datas, os interesses das crianças deveriam ser levados em consideração como também tais interesses deveriam ser o principal elemento na construção de materiais.

Assim como relata o entrevistado João (família 3), seu filho se negou a fazer um cartão no dia das mães:

[...] esse ano está chegando o dia das mães e igual, cada um faz um trabalhinho para suas “mães”. Até tivemos reunião essa semana, pois ele se negou de novo a fazer o cartão e não queria fazer nem para a avó, pois rolou uma pressão para ele fazer para outras pessoas (figuras femininas) que ele ama também, mas então ficou decidido que ele iria fazer para nós. Ele diz que tem pais e não mãe.
--

A tentativa de normatizar, de naturalizar essas práticas, acaba por ignorar o fato da diversidade presente nas escolas, atendendo somente as famílias heterossexuais. O autor Fernando Diniz (2008) discorre sobre os riscos da naturalização das orientações sexuais por

parte das escolas, alertando que em geral se coloca a tolerância como o sentimento para lidar com as diferenças. No entanto, tal estratégia é equivocada, pois a tolerância dá a ideia de que “aceitamos” o outro desde que esse outro não invada o espaço alheio e não cruze a “linha” delimitada do território das formas padronizadas de viver as condutas sexuais.

Pensando em nossa sociedade atual, nas mudanças que vem acontecendo em relação às configurações familiares, entendo que essas comemorações sejam um tanto quanto inadequadas na sua forma, pois essa ideia de comemorar o dia das mães e dia dos pais, atrelada a um modelo heterossexual de família restringe e discrimina outros tipos de família. Se pararmos para analisar as configurações familiares do século XXI, iremos perceber que são as mais diversas, então por que comemorar a partir de um único modelo? Por que não comemorar ou homenagear as famílias, independente da sua constituição? As crianças se sentiriam mais à vontade para convidar avós, tias, madrinhas, duas mães, dois pais, etc. Segundo o relato de Beatriz (família 2):

Até na escola faz dois anos que não tem mais dia dos pais e dia das mães, cada um faz seu trabalho na escola e cada um lida com a sua família do jeito que achar melhor em casa. Eles (escola) nos explicaram também, logo no início, que há um pouquinho mais de dois anos eles sentiram que tinha muitas crianças incomodadas, principalmente com o dia dos pais por ter pais separados, pais que não estavam presentes por situações pessoais, crianças que perderam os pais, então eles perceberam que estavam fazendo mais mal do que bem. Então eles tiraram essas festas separadas e cada criança faz um trabalho direcionado para a família e não só a um integrante.

Assim como afirmam os autores Alves, Calderón, Lima e Mott (2009, p. 64):

[...] os desafios de articulação escola, família e comunidade, educadores não podem se intimidar diante das dificuldades, mas sim tentar criar os mecanismos que efetivamente levem à construção da parceria de todos os envolvidos no processo educativo, antecipando situações sociais ao invés de aceitá-las ou excluí-las de seu campo perceptual.

Pude observar no relato de Beatriz que houve uma mudança por parte da escola, uma preocupação em “acolher” a diversidade familiar, por mais pequena que seja. Ainda que tenham transformado apenas o dia dos pais e dia das mães em “Dia da família”. Mas nesse caso, não houve um pedido por parte dessa família. O casal me relatou logo no início da entrevista, que elas se apresentaram como casal homossexual na escola, mas não “cobram” algo da escola. Diferente da família 3, que cobrou da creche em que o filho estuda no turno da

manhã, para que fizessem algo a respeito. Após dois anos, a creche mudou e agora comemoram dia da família, como João relatou:

Em uma reunião com Karen (professora do Pedro) ela nos perguntou: “Vocês acreditam em causalidade?” Esse ano a escola “X” mudou as datas comemorativas para uma só, a “festa da família”.

Durante a entrevista, os pais relataram que a escola em que Pedro estuda no turno da tarde ficou sabendo que iriam receber no ano de 2016 o casal e então não comemoram mais o dia das mães e dia dos pais, passando a comemorar o dia família, assim como mudaram a agenda também.

4.2 O que as famílias esperam da escola

Nesta seção, discuto os possíveis enfrentamentos e questionamentos trazidos para dentro de casa, pelos filhos. Discutindo a importância da presença do diálogo entre a família e a preparação da escola.

A sociedade está percebendo aos poucos que a estrutura familiar vem se modificando ao longo dos anos. Desse modo, infelizmente o preconceito se ampliou também. Quando se trata de famílias homoparentais, o preconceito aumenta quando o objetivo desse casal é construir uma família. O preconceito existe nessa questão, por diversos motivos, entre eles a “preocupação” por parte de casais heterossexuais, pelo fato de que as crianças poderão sofrer algum tipo de discriminação ou se tornarem homossexuais também.

Quando entrevistei as famílias, ao perguntar se as crianças já haviam passado por algum tipo de “discriminação” ou situações desagradáveis, Beatriz (família 2) respondeu:

[...] já surgiram diversas situações, como por exemplo quando a minha filha era menor, de falar para uma amiguinha “olha as minhas mães ali” e a amiguinha responder que ela não pode ter duas mães. E ela falar “pode sim” e a amiguinha “mas elas não são namoradas” e ela “são sim” e a amiga: “mas mulheres não podem se beijar”. Ela novamente respondeu, “pode sim”. E aí eu percebi que ficou realmente uma situação delicada, e senti que precisava conversar com Elena.

Acredito que ensinar a respeitar ao próximo, a lidar com as possíveis diversidades, bem como outras “regras” de convivência em geral, devem estar associadas à família na qual aquele sujeito está inserido. Se o sujeito for criado em uma cultura na qual estes assuntos não forem tratados ou, se forem abordados na família de uma forma preconceituosa e desinformada, esse sujeito não saberá lidar realmente com as diferenças, **não compreenderá**, como no caso da amiguinha da Elena.

As mães relataram ter um relacionamento aberto com os filhos, principalmente com a filha Elena. Desde pequena, sempre procuraram conversar da forma mais tranquila, sanando as dúvidas e possíveis preconceitos, explicando que assim como outras, elas também são uma família. Sobre a fala da amiguinha da filha, elas disseram:

As pessoas vão perguntar, não tem problema tu responder mas também se elas não gostarem disso, (pois ficou uma situação estranha com a amiguinha dela a questionando, e ela não entendendo o porquê), não tem problema. Nem sempre as pessoas vão achar legal e tudo bem também.

Farias (2015, p. 1481) constata, em sua pesquisa, que a sociedade se sente ameaçada, ao perceber que as famílias homoparentais são capazes de exercer e oferecer igualmente o que as famílias heterossexuais podem oferecer. Diz a autora que as famílias homoparentais “ameaçam a ordem hegemônica heterossexista na qual a felicidade afetiva e sexual entre dois adultos e o bem estar de crianças e adolescentes somente podem ser alcançados na família formada pela união entre um homem e uma mulher”. A sociedade sente medo, se sente ameaçada de perder o poder sobre a heteronormatividade instalada.

O preconceito existente na sociedade é exercido então, pelos próprios sujeitos e também pelas instituições que nela atuam. Ao perguntar para as famílias como elas tratavam o preconceito sofrido por parte das crianças, e como lidavam com os questionamentos as respostas foram:

Beatriz (família 2): A gente tenta dizer para eles que essa é uma situação que a gente escolheu, na sociedade as pessoas podem escolher e nós procuramos mostrar as “diferentes diferenças” como por exemplo, pessoas que já separaram, que tem gente que escolheu homem, que escolheu mulher, que formaram novas famílias, umas que se dão bem, outras nem tanto. Nós tentamos mostrar para eles a diversidade que tem, para eles não se sentirem fora de qualquer situação.

E Cláudia complementou:

Também deixamos eles bem conscientes de que foi uma escolha nossa, eles não têm culpa dessa nossa escolha, assim como eles irão escolher. A responsabilidade é nossa e se houver algum problema, eles podem vir falar com a gente.

Foi possível observar no discurso da família 2, a educação e o respeito que essas mães ensinam para seus filhos. A liberdade e o direito de escolha efetivo foi algo que realmente chamou minha atenção. Pude perceber na entrevista com essa família, que ao me relatarem a forma como se apresentaram para a escola e explicarem o que esperam da instituição, havia uma preocupação em preservar os filhos: *“nós não levantamos nenhuma bandeira. As duas trabalham e são pessoas de bem, então queremos só acrescentar e nunca constranger ninguém”*. Entendi que foi uma forma de não “esconderem” sua condição familiar, mas também de alguma forma preservar as crianças de possíveis preconceitos. Não negaram sua condição familiar, mas também não tentaram mudar ou pedir algo para a escola, diferentemente das outras duas famílias.

A mesma pergunta foi feita para a família 1 e a resposta foi semelhante:

Catarina (família 1): Nós deixamos a partir das dúvidas que vem dela, nós explicamos no momento que vem uma dúvida dela, porque vem, né? Ela tem e então a gente esclarece e acho que fica super bem resolvido. Quando ela começou a perguntar do pai, nós falamos que ela não tinha pai e que ela tinha duas mães. Mas preparar para possíveis dúvidas, nós não fazemos, e acho que a gente explicando as dúvidas dela, ela automaticamente fica bem resolvida.

Durante a entrevista foi possível perceber a presença de alguns valores fundamentais, como o respeito, a verdade e o carinho. Seria ideal que o desejo de qualquer família fosse criar uma sociedade justa, onde a segurança e o respeito a todos fosse um princípio fundamental. A função da família, enquanto educar para a diversidade, é mostrar as múltiplas escolhas existentes e educar com liberdade, de uma forma que não julgue ou discrimine quaisquer sujeitos. Para que essa educação tenha um melhor resultado, é necessária a contribuição e participação intensa de outras instituições, entre elas, a escola.

Catarina (família 1) em sua entrevista, se refere a escola como instituição importante para combater o preconceito:

[...] e por isso nós falamos da importância das escolas de falar sobre diversidade familiar. Se as escolas falassem e tratassem mais sobre esse assunto, não teria tanto preconceito e tanta violência, pois começaria a ser tratado como algo natural também. Por que a opção sexual, não é a escola falando que vai despertar o desejo sexual pelo outro, se falassem tanto sobre as configurações familiares, tanto sobre sexualidade...

Educação infantil e sexualidade para algumas escolas parece ser um tema proibido, pois as professoras relatam ter grande dificuldade com o tema e muitas vezes não sabem o que responder diante da curiosidade infantil (FELIPE, 2008). Não só assuntos como a sexualidade, mas gênero, diversidades culturais/familiares/raciais são tratadas de forma superficial em muitas escolas.

A escola é um espaço propício para que, questões como diversidades e sexualidade sejam discutidas, pois como afirma Louro “é indispensável que reconheçamos que a escola não apenas reproduz ou reflete as concepções de gênero e sexualidade que circulam na sociedade, mas que ela própria as produz” (LOURO, 1998, p. 80).

É preciso ainda considerar que a escola deve ser um espaço livre e democrático, um local de ampliação do conhecimento, portanto, qualquer tema deve ser debatido, considerado, analisado. Como afirma (LOURO, 1998, p. 81) “a sexualidade está na escola porque ela faz parte dos sujeitos, ela não é algo que possa ser desligado ou algo do qual alguém possa se "despir", independente da idade da faixa etária de quem ali estuda”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS: acolher, respeitar, discutir

O que as famílias pensam e esperam das escolas e das outras famílias ali existentes? Quais as estratégias que as escolas estão utilizando para receber essa diversidade familiar?

Nos últimos anos as famílias estão sendo constituídas e reconfiguradas, na medida em que os sujeitos se relacionam em diferentes contextos, das mais diversas formas. Sendo assim, a escola exercendo sua função de “formar cidadãs e cidadãos”, deveria oferecer instrumentos que levassem ao conhecimento e respeito sobre a diversidade de culturas, religiões, etnias entre outros.

Dessa forma, assim como relata Maria (família 1) nunca houve um preconceito por parte da escola em que Sofia estuda, em relação a orientação sexual delas e nem com a Sofia:

[...] também não acho que tiveram medidas que partiram da escola como por exemplo um acolhimento maior, a Catarina precisou ir até a escola procurar ‘isso’.

Catarina então relata que foi até a escola conversar com a coordenadora, solicitando que a escola trabalhasse em sala de aula algo sobre o assunto:

Achei que a escola poderia ter acolhido Sofia um pouco mais dentro dessa nossa singularidade, essa diferença em relação aos outros alunos.

A mãe, em reunião com a coordenadora, pediu para que fossem trabalhadas as configurações familiares em sala de aula, para que Sofia pudesse se sentir mais acolhida, que pudesse se sentir mais parte da turma. No entanto, a família ficou um pouco desapontada:

[...] por perceber que a reunião que fiz com a coordenadora não surtiu efeito naquele ano.

No entanto, a família apontou que este ano, durante uma reunião de pais, a professora mostrou dois livros infantis, “*Olívia tem dois papais*” e “*Diversidade*”, que foram indicados por Catarina durante a reunião com a coordenadora no ano de 2015, para trabalhar as diversidades familiares (mas não foi divulgado o trabalho que seria feito com os livros). Maria comentou que ainda acha muito pouco, pois só foram aderidos para a sala em que Sofia

estuda e não para toda escola, mas que ao menos a escola, demonstrou algum interesse por iniciar um pequeno trabalho.

Quando se fala de família atual, não se trata mais da família “clássica”, com pais, mães e filhos. Existem diferentes configurações familiares – pais solteiros, mães solteiras, apenas um genitor, famílias reconstituídas, famílias homoafetivas entre outras. E muitas famílias “nucleares” não sabem como lidar ainda com essa diversidade de famílias que estão surgindo, por isso essa “luta” da família para que as escolas mostrem, conversem sobre as diversidades. Assim como a narrativa de Maria (família 1):

Uma vez, presenciamos uma cena, dentro da escola, de um pai meio que recriminou o filho por ele estar falando que a Sofia tinha duas mães e não tinha pai, e daí a mãe falou “não, faz assim deixa ele falar, deixa ele perguntar, ele é criança”... Então eu acho que nem os pais sabiam como lidar com essa situação.

Por ser uma situação “nova” para algumas famílias muitas delas não conseguem ter tranquilidade e um entendimento para lidar com tais situações e com isso as reações podem ser das mais diversas como a rejeição, o preconceito como também pode ser uma oportunidade para conhecer e se aproximar de outras formas culturais de famílias. Acredito também, que seja necessário um acolhimento por parte das escolas, através de um currículo no qual envolva um estudo, sobre as múltiplas diversidades.

Catarina (família 1) relata também:

Inclusive achamos que esse fato de os pais não saberem lidar, é comum é normal, eles não têm como saber porque realmente isso é muito novo, se for pensar, é novo no sentido que a Sofia, dentro da escola, ela é a única dentro desta sede, que vive na situação de uma família homoparental. Então ela é a minoria e os pais não sabem lidar com isso, se realmente não é exposto para eles e é por isso que eu fui pedir na escola e fiz uma reunião com a coordenadora para que se falasse sobre isso dentro da sala de aula (um projeto sobre diversidade em geral, sobre diversos tipos de famílias e não só a homoafetiva).

É possível perceber o quanto vivemos sob forte influência do discurso religioso, que impinge uma série de preconceitos e exclusões. Tal influência pode ser percebida nos acontecimentos ocorridos em 2015, quando foi retirada do Plano Nacional de Educação qualquer menção a gênero e sexualidade. Muitos estados e municípios retiraram de seus respectivos planos de educação o termo “gênero” e “sexualidade”. Em alguns municípios houve ameaça de desligamento dos professores que ousassem trabalhar com essas temáticas. Tais posturas indicam a necessidade de trabalharmos com essa temática nos cursos de

formação docente, pois as escolas não podem ser omissas. É fundamental que seja constituído um mecanismo de modificação de posturas discriminatórias, para impedir o preconceito e criar um empoderamento de igualdade de direitos entre os sujeitos (DIAS; FREITAS, 2012).

Sobre o currículo, Catarina (família 1) ainda complementa que:

É o dever da escola, educar e colocar o que está acontecendo no mundo. Não pode só dar o que está explícito no currículo, é o dever ir além justamente para preparar essas crianças para o mundo, é um assunto que gera violência aí fora, a violência homofóbica está muito grande.

Na segunda entrevista, ao questionar a família sobre a escola, se achariam necessário trabalhar, primeiramente Beatriz e Cláudia relataram que nunca solicitaram algum posicionamento na escola, pois também não levantam uma “bandeira” dentro da mesma, mas que achariam interessante as escolas discutirem o tema.

Beatriz (família 2): É, Eu acredito que podemos fazer um trabalho nas escolas, não especificamente mas de famílias em geral, de sexualidade em geral. Hoje em dia existem muitos tipos de família, e essa coisa de projetar uma família ideal é ultrapassada já, a família ideal é aquela que tem amor, que as pessoas se amam e é o que tentamos passar para as crianças. Que uma família ideal é aquela que ajuda, que se amam, que vai ter briga sim, nem sempre vamos concordar, mas que vai ter conversa e carinho.

E Cláudia complementa:

É... Eu acho que as abordagens de qualquer escola são super importantes, mas sempre assim, para não ficar focado eu acho que nem no preconceito das famílias homoafetivas, seria interessante trabalhar num todo. O racismo, o homofobismo, porque aí tratando a diversidade tu por tabela abre a ideia da criança de que as diversidades existem e as possibilidades de escolha da criança também se abrem sobre os diversos meios e assuntos.

As famílias entrevistadas esperam então que as escolas se posicionem de uma forma clara, no entanto, que não evidenciem somente a homossexualidade como tema de estudo e sim a diversidade cultural que está presente no ambiente escolar e na sociedade.

A falta de posicionamento das escolas impede que estes assuntos sejam discutidos, muitas vezes por preconceitos ou falta de conhecimento por parte de professoras e diretoras. Portanto acredito que se há uma falta de conhecimento por parte dos pais, como citado anteriormente, há uma falta também de estudos por parte da equipe escolar. A falta de

formação continuada sobre gênero e sexualidade é um problema que repercute no trabalho em sala de aula. Como afirma Felipe:

Grande parte do corpo docente alega, no entanto, não ter recebido formação específica para trabalhar com o tema da sexualidade. É interessante observar que muitas vezes, quando as redes de ensino promovem cursos de formação continuada nessa área, as professoras que atuam na educação infantil ficam de fora. (FELIPE, 2009, p. 48).

Portanto, para haver um projeto, uma discussão clara na escola, previamente seria necessária uma formação adequada para os/as professores/as, seria preciso um conhecimento acerca das diversidades, um entendimento para que possam contemplar as famílias e seus alunos.

Segundo o relato de João (família 3), algumas famílias não se sentiam tão à vontade assim com a dedicação pela qual eles tinham em lutar por seus direitos na escola:

<p>Alguns pais falam que nós queremos mudar tudo na escola porque somos um casal homossexual e não é isso, queremos nossos direitos só.</p>

Acredito que a família 3 tenha conseguido estes “benefícios” que na verdade, são os direitos e deveres da escola, mas por serem um tanto quanto mais próximos da mesma. Por acompanharem de perto a “reconstrução” dessa creche, o quanto ela se modificou para se adequar a tais diversidades e receber tanto essa família, como qualquer outra.

A disponibilidade e dedicação que eles tinham para com a escola perante a luta em obter os direitos igualitários, mostram a importante parceria que se estabeleceu entre família e escola, pois esta se mostrou disponível e aberta para conversas sempre que necessário. Tanto que na escola do turno da tarde, foi combinado com as irmãs (combinado entre irmãs, coordenadora e professora) que iria ser feito um projeto, mas a partir do que fosse surgindo como tema. Pedro falou em certa ocasião, em uma roda de conversas, que era adotado por dois pais, assim como uma colega disse que também era adotada, mas por um pai e uma mãe. A partir dessa roda de conversas, a professora iniciou um projeto sobre as diversidades familiares com as crianças.

Espera-se da escola um olhar atento para seus alunos e familiares, conhecendo e contemplando suas culturas na perspectiva do respeito em meio às diferenças e diversidades, oportunizando um espaço para a construção de relações mais igualitárias.

De acordo com os relatos das três famílias, elas não querem nada mais que respeito dentro das escolas e que seus filhos possam conviver em um ambiente em que sejam respeitados e que possam discutir sobre diferentes assuntos sem acontecer algum tipo de recriminação, por parte da escola e de outras famílias.

Outro ponto importante a considerar, mas nos limites deste trabalho não foi possível pesquisar, se refere ao tratamento dado às famílias homoparentais no âmbito das escolas públicas. Será que a “voz” (expectativa) das famílias, é silenciada nesses espaços?

Ao escolher meu tema de pesquisa optei por fazer em escolas particulares, por já estar inserida no meio e saber um pouco mais sobre o funcionamento. Já previa também a dificuldade de achar famílias para realizar as entrevistas. Foi um tanto quanto difícil achar famílias que se dispusessem a participar. O tempo que tive para construir meu trabalho e realizar as entrevistas foi de apenas cinco meses, um tempo consideravelmente pequeno, tratando-se de uma pesquisa. Então todos esses fatores me fizeram optar por fazer a pesquisa com famílias que tivessem filhos em escolas particulares.

Suponho que em escolas públicas, talvez esses pais não tenham uma voz tão ativa quanto os pais de escolas particulares. Os pais entrevistados por mim que optaram por lutar por seus direitos, tiveram a liberdade de exigir que fossem trabalhados alguns temas sobre diversidade ou ainda que determinados procedimentos na escola fossem reformulados. Porém, isto seria possível em instituições públicas? Estariam elas preparadas para acolher as singularidades das famílias?

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Sandra. **Juventudes e Processos de Escolarização**: uma abordagem cultural. Tese (Doutorado em Educação): Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 2008.
- ARGÜELLO, Zandra Elisa. Contos a Favor da Equidade de Gênero. In: JANE; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada. **Infâncias, Gênero e Sexualidade nas Tramas da Cultura e da Educação**. Canoas: Ulbra, 2013.
- BELLO, Alexandre Toaldo. **Sujeitos Infantis Masculinos**: homens por vir? Dissertação de Mestrado: Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 2006.
- BARBOSA, Maria Carmem Silveira; HORN, Maria da Graça Souza. **Projetos Pedagógicos na educação infantil**. Porto Alegre: Artmed, 2008
- BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Gênero e Diversidade na Escola**: formação de professoras(es) em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Brasília: SPM, 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares nacionais para a educação infantil**/ Secretaria de Educação Básica – Brasília : MEC, SEB, 2010.
- BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Infância e maquinarias**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- BUTLER, Judith. **Corpos que Pesam**: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- CAETANO, Marcio. **Gênero e Sexualidade**: um encontro político com as epistemologias de vida e os movimentos curriculares. Tese de doutorado: Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal Fluminense, 2011.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. **Educação Infantil**: práticas escolares e o disciplinamento dos corpos. Dissertação (Mestrado): Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, 2005.

DIAS, Maria Berenice. **União Homossexual**: a justiça e o preconceito. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001.

FARIAS, Mariana Oliveira. **Famílias Homoparentais e Escola**: reflexões e possibilidades. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8332/5640>>. Acesso em: 13 maio 2016.

FELIPE, Jane. Gênero, Sexualidade e Formação Docente: uma proposta em discussão. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Educação para a Sexualidade, para a Equidade de Gênero e para a Diversidade Sexual**. Campo Grande: UFMS, 2009.

FELIPE, Jane. Sexualidade na Infância: dilemas da formação docente. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org.). **Sexualidades, Gênero e Diferenças na Educação das Infâncias**. Campo Grande: UFMS, 2012.

FELIPE, Jane. Sexualidade, Gênero e Novas Configurações Familiares: algumas implicações para a educação infantil. In: CRAIDY, Carmem; KAERCHER, Gládis E. **Educação Infantil: pra que te quero?** 2001.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar. Entre Batons, Esmaltes e Fantasias. In: MEYER, Dagmar E.; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**. Porto Alegre: Mediação, 2008.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca. Rompendo com os *Scripts* de Gênero e de Sexualidade na Infância. In: SARAIVA, Karla; GUIZZO, Bianca (Org.). **Educação, Transgressões e Narcisismos**. Canoas: Ulbra, no prelo.

FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca; BECK, Dinah Quesada. Infâncias, Gênero e Sexualidade: articulações possíveis. In: FELIPE, Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada (Org.). **Infâncias, Gênero e Sexualidade nas Tramas da Cultura e da Educação**. Canoas: Ulbra, 2013.

FONSECA, C. **Homoparentalidade**: novas luzes sobre o parentesco. Florianópolis/SC: Revista Estudos Feministas, 16(3), 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Ghizon Albuquerque. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, Humberto L., RABINOW, Paul. **Michel Foucault: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

FREITAS, L. R. M.; DIAS, R. L. **Discutindo Valores da Escola: homoparentalidade e novos conceitos de família**. Quipus, v.1, n.2, jun./nov. 2012. Disponível em: <<https://repositorio.unp.br/index.php/quipus/article/view/154/172>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

FURLANI, Jimena. **Educação Sexual na Sala de Aula: relações de gênero, orientação sexual e igualdade étnico-racial numa proposta de respeito às diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

GUERRA, Judite. Identidades de Gênero e Sexual na Infância. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org). **Sexualidades, Gênero e Diferenças na Educação das Infâncias**. Campo Grande: UFMS, 2012.

GUIZZO, Bianca Salazar. Masculinidades e Feminilidades em Construção na Educação Infantil. In: Jane; GUIZZO, Bianca Salazar; BECK, Dinah Quesada. **Infâncias, Gênero e Sexualidade nas Tramas da Cultura e da Educação**. Canoas: Ulbra, 2013.

HERNÁNDEZ, Jimena de Garay; UZIEL, Ana. **Famílias Homoparentais e Escola: entre a vigilância e a transformação**. Revista Momento: diálogo em educação, v. 23, n. 2, jul./dez. 2014.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Cotidiano Escolar, Heteronormatividade e Homofobia: por uma ampliação dos horizontes pedagógicos, ou quem tem medo de novos olhares na escola. In: XAVIER FILHA, Constantina (Org). **Sexualidades, Gênero e Diferenças na Educação das Infâncias**. Campo Grande: UFMS, 2012.

KLAUS, Viviane. **A Família na Escola: uma aliança produtiva**. Dissertação (Mestrado em Educação): Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação: 2004

LARROSA, Jorge. Tecnologias do Eu e Educação. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **O Sujeito da Educação**: estudos foucaultianos. Petrópolis: Vozes, 2011.

LIMA, S. S. **Escola e Família**: problematizações a partir da homoparentalidade. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Porto Alegre: UFRGS, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, Gênero e Sexualidade: o “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. In: LOURO, Guacira L.; FELIPE, Jane; GOELLER, Silvana V. (Org.). **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo. Petrópolis: Vozes, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LOURO, Guacira Lopes. Produzindo Sujeitos Masculinos e Cristãos. In: VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). **Crítica Pós-estruturalista a Educação**. Porto Alegre: Sulina, 1995.

LOURO, Guacira. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 2011.

MARCELLO, Fabiana de Amorim. **Infância-esquecimento, Infância-viagem**: Foucault e a ética da pesquisa com crianças. Currículo sem Fronteiras. v. 15, n. 1, jan./abr. 2015.

MOTT, Michel; CALDERÓN et al. **A Escola e os Novos Arranjos Familiares Saúde Coletiva**. São Paulo: Bolina, v. 6, n. 28, 2009.

OLIVEIRA, Amanda Cristina Ramos; Santana Paula Manuella Silva. (2014) **Famílias Homoparentais**: reflexões a cerca do ser família na contemporaneidade. In: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/18redor/18redor/paper/viewFile/667/831>>. Acesso em: 14 abr. 2016.

PARAÍSO, Marlucy Alves. Metodologias de Pesquisas Pós-críticas em Educação e Currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar E. E.; PARAÍSO, Marlucy Alves (Org.). **Metodologias Pós-críticas em Educação**. Belo Horizonte: Mazza, 2012.

PASSOS, Maria Consuêlo. **Homoparentalidade**: uma entre outras formas de ser família. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-56652005000200003>>.

PEREIRA, Cláudia Moraes e Silva. **A família Homoafetiva em Debate**. *Revista Espaço Acadêmico* (UEM), v. 13, 2013.

POCAHY, Fernando; DORNELLES, Priscila Gomes. **Um Corpo Entre o Gênero e a Sexualidade**: notas sobre educação e abjeção. Juiz de Fora: Instrumento, v. 1, n. 1, 2010.

RAPPAPORT, Andrea. **Adaptação de bebês à creche**: a importância de atenção de pais e educadores. *Cadernos de Educação Infantil*, n 16, Porto Alegre: Mediação, 2005.

REALI, Noeli Gemeli. **Homoparentalidade e Escola**: que conjugação é essa? In: <<http://32reuniao.anped.org.br/arquivos/trabalhos/GT23-5637--Int.pdf>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

Rodriguez, B.C. & Paiva, M.L.S.C. **Um Estudo Sobre o Exercício da Parentalidade em Contexto Homoparental**. Vínculo, 6(1), 2009.

SILVA, Alexsander Lima da; OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto de. **Transexualização em Narrativas de Histórias de Vida Sobre a Infância**. Rio de Janeiro: Estudos e Pesquisas em Psicologia, v. 15, n. 2, 2015.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2013.

UZIEL, Anna Paula. Homossexualidade e Parentalidade: ecos de uma conjugação. In: HEILBORN, Maria Luiza (Org.). **Família e Sexualidade**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

WEEKS, Jeffrey. O Corpo e a Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O Corpo Educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2013.

APÊNDICE A – Roteiro de Entrevista Semiestruturada

Nome:

Idade:

Natural de:

Escolaridade:

Profissão:

Perguntas disparadoras:

- *Na condição de família homoparental, como a escola lida com a criança e com a família? Vocês perceberam algum tipo de discriminação da parte da escola?*
- *Vocês contaram logo na chegada a condição homoparental de vocês? Ou a escola se deu conta depois? Como foi esse processo para a escola, para a professora e para a família?*
- *Como vocês abordam esse tema com as crianças? E principalmente, vocês preparam os filhos de vocês para possíveis questionamentos?*

APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

PESQUISA: "Mas cadê a mãezinha?": reflexões e tensionamentos sobre as famílias homoparentais nas escolas de educação infantil

COORDENAÇÃO: Jane Felipe

ORIENTANDA: Larissa Richter Ferreira

- **NATUREZA DA PESQUISA:** Você está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como objetivo refletir sobre a inserção de filhos/as de famílias homoparentais nas escolas de educação infantil. Refletindo a forma que essas famílias veem tal inserção e de que modo a escola lida com tais especificidades. De forma a qualificar ainda mais o olhar dos professores de Educação Infantil acerca de tal tema.
- **PARTICIPANTES DA PESQUISA:** A pesquisa contará com três famílias homoparentais, sendo duas compostas por casais de mulheres e uma família composta por um casal de homens. Os três casais têm filhos que estudam em escolas de educação infantil particulares.
- **ENVOLVIMENTO NA PESQUISA:** No que diz respeito à sua participação é importante destacar que você estará concedendo uma entrevista enfocando sua história familiar atual, no que se refere à entrada de seu/sua filho/a na escola de educação infantil: como a escola recebe a criança oriunda de uma família homoparental, quais são as suas expectativas em relação à escola, etc. Em seguida, terá que autorizar por meio desse termo de consentimento livre e esclarecido, a utilização desse material.
- **SOBRE O QUESTIONÁRIO:** A entrevista pauta-se na metodologia de cunho narrativo, que se faz norteada por sete questões acerca de sua trajetória de vida pessoal, suas experiências escolares, bem como suas expectativas de uma escola mais equitativa.
- **RISCOS E DESCONFORTO:** Vale ressaltar que não a participação nesta pesquisa não traz complicações legais de nenhuma ordem e os procedimentos utilizados obedecem aos critérios da ética na Pesquisa com Seres Humanos conforme a Resolução nº 196/96 do Conselho Nacional de saúde. Nenhum dos procedimentos utilizados oferece riscos à sua dignidade, nem mesmo à sua integridade intelectual, moral, emocional e física;
- **CONFIDENCIALIDADE:** Para fins de confidencialidades a identificação dos/das entrevistados/as será preservada e os dados estarão restritamente focados para a pesquisa.
- **BENEFÍCIOS:** Os benefícios se centrarão no fato de que você estará contribuindo para a construção de um conhecimento sobre docência na Educação Infantil, infâncias, diversidade sexual e homoparentalidade.

- **PAGAMENTO:** Não haverá nenhum fim lucrativo em tal investigação, sendo assim, você não terá nenhum gasto ou ganho financeiro por colaborar na construção de tal produção.

Você é livre para recusar participar da pesquisa em qualquer momento, em que ela se encontrar até a efetivação de sua publicação. Essa atitude não lhe causará nenhum prejuízo ou coação. Uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido ficará para você.

Qualquer dúvida a respeito da pesquisa você poderá entrar em contato conosco:

Larissa Richter, pelo e-mail: laririchter@hotmail.com

Profª Drª Jane Felipe, orientadora deste projeto de pesquisa, pelo e-mail: janefelipe.souza@gmail.com.

Porto Alegre, _____ de _____ de 2015.